



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Ambiente e Sociedade [ST]

TÍTULO DA COMUNICAÇÃO:

CONFLITOS AMBIENTAIS E PARTICIPAÇÃO CÍVICA: O CASO DE TRÊS PARQUES EÓLICOS

NUNES, Maria João

Licenciatura e Mestrado em Antropologia

Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais

mjnunes@ics.ulisboa.pt

SOARES, Filipa

Licenciatura e Mestrado em Antropologia

Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais

filipa.soares@ics.ulisboa.pt

Resumo

Em Portugal, a maioria dos parques eólicos está localizada em zonas de elevado interesse conservacionista. Este aspecto tem estado na base de alguns dos principais conflitos ambientais em torno da energia eólica, dadas as diferentes concepções e interesses dos vários actores envolvidos.

O projecto para a implementação de um parque eólico contempla várias fases, que culminam numa consulta pública do processo para que qualquer cidadão ou entidade se possa manifestar, através de um parecer que constará num relatório de consulta pública. Partindo da análise destes relatórios e de entrevistas realizadas a agentes institucionais e a residentes nas imediações de três parques eólicos (Alvaiázere, Serra da Freita e Terras Altas de Fafe), esta comunicação visa analisar os conflitos ambientais e sociais subjacentes a estes parques eólicos, ao nível local, com especial enfoque sobre os posicionamentos das ONGAs, associações locais/regionais e comunidades locais, bem como o envolvimento destas últimas no processo de tomada de decisão.

O discurso das associações parece ter impacto na população local mas, por outro lado, a participação cívica nas consultas públicas é diminuta, sobretudo se tivermos em conta que nas entrevistas realizadas a maioria dos moradores tem uma opinião, seja ela favorável ou desfavorável à implementação do parque eólico. As razões sociais e culturais para este facto parecem estar relacionadas com factores transversais na nossa sociedade que nos remetem para questões mais gerais acerca da participação cívica na sociedade portuguesa.

Abstract

In Portugal, most wind farms are located in areas of high conservation concern. This has been at the basis of some of the main environmental conflicts over wind energy, due to the different views and interests of all the actors involved.

The project to implement a wind farm has many phases, which culminates in a public consultation process. Any citizen or entity can participate in it, through a written statement that will be part of a public consultation report. Through the analysis of such reports and interviews conducted to institutional agents and residents in the areas surrounding three wind farms (Alvaiázere, Serra da Freita, and Terras Altas de Fafe), this presentation aims to analyse the environmental and social conflicts underlying these wind farms, at the local level. Particular attention will be given to the positionings of NGOs, local/regional associations, and local communities, as well as the involvement of the latter in the decision making process.

The associations' discourses seem to have impact on local communities, but public participation in the consultation process is scarce, mainly if we consider that in the interviews conducted, the majority of residents had an opinion, either in favour or against the wind farm's implementation. Social and cultural reasons for this seem to be related to transversal factors in our society, which refer to more general issues about civic participation within Portuguese society.

Palavras-chave: energia eólica, parques eólicos, conflitos sócio-ambientais, participação cívica, Portugal

Keywords: wind energy, wind farms, socio-environmental conflicts, civic participation, Portugal

1. Introdução

Em Portugal, à semelhança dos outros países da União Europeia, a energia eólica cresceu exponencialmente nas últimas décadas, sobretudo a partir de 2005 (INEGI e APREN, 2013; DGEG, 2014), devido à adopção de políticas energéticas e incentivos económicos favoráveis ao seu desenvolvimento. É, actualmente, a segunda fonte de energia renovável mais importante, a seguir à energia hídrica, com 245 parques eólicos em funcionamento e uma potência total de 4747 megawatts, segundo dados referentes a Fevereiro de 2014 (DGEG, 2014). Estes parques eólicos localizam-se maioritariamente na região centro e norte, as regiões de maior relevo, tendencialmente em áreas predominantemente rurais, as quais têm sido palco de grandes mudanças socioculturais nas últimas décadas. Simultaneamente, e dadas as suas características ecológicas, estas áreas tendem também a deter um elevado interesse conservacionista, sendo muitas vezes áreas classificadas a nível comunitário e/ou nacional.

Dado o aparente e generalizado consenso que reveste este tipo de energia renovável, a aceitação e apoio social são muitas vezes tidos como um dado garantido pelos proponentes e promotores de parques eólicos. Não obstante, a energia eólica não está isenta de controvérsias, tendendo a suscitar aquilo que Warren et al. (2005) denominam controvérsias "green on green", em que tanto os argumentos dos que a defendem como os dos que se lhe opõem estão alicerçados em valores ambientais distintos, nomeadamente em termos de escala. Se, por um lado, se defende uma fonte de energia limpa que permite reduzir a dependência de carbono e combater a ameaça das alterações climáticas (o que é tido como um bem comum global), essa mesma fonte tem impactos nas paisagens, ecossistemas e comunidades locais (Warren et al., 2005; Barry et al., 2008; Aitken, 2009; Nadaï e van der Horst, 2009). Para além disso, e considerando que a aceitação ou oposição de propostas depende fortemente de interesses e especificidades locais, torna-se fulcral atentar ao contexto social local, em particular às necessidades e percepções das comunidades locais e principais stakeholders (Loring, 2007; Toke et al., 2008). Particularmente importantes são as percepções dos impactos a nível local, tanto positivos como negativos, os quais podem ser: impactos visuais na paisagem, impactos ambientais (avifauna, morcegos, habitats, erosão dos solos), poluição sonora, impactos económicos (turismo e valor propriedades), impactos sociais (qualidade de vida, justiça social) e efeitos nocivos na saúde. Os impactos negativos são os principais motivos na base da oposição à implementação dos parques eólicos. Por forma a ultrapassar estes obstáculos e potenciais fontes de conflitos, tem sido proposto um maior envolvimento e participação dos actores locais no processo de implementação dos parques eólicos, tornando-se a aceitação social crucial para o sucesso da implementação dos parques eólicos (Warren et al., 2005; Jobert et al., 2007; Wolsink, 2007; Wüstenhagen et al., 2007; Barry et al., 2008).

Com base nestes pressupostos, os principais objectivos deste artigo consistem na análise da participação e envolvimento da população local no processo de implementação dos parques eólicos, dos conflitos ambientais e sociais, a nível local, que lhe poderão estar subjacentes e do papel das associações locais/regionais na construção de um discurso agonístico ou antagonístico por parte dos moradores.

2. Metodologia

Este artigo tem por base o trabalho de campo realizado nos três parques eólicos seleccionados no âmbito do projecto Renergy: Serra de Alvaiázere, Serra da Freita e Terras Altas de Fafé. A escolha destes estudos de caso baseou-se, sobretudo, nos níveis de consenso e controvérsia associados à implementação dos parques eólicos, após uma análise e classificação dos relatórios de consulta pública (RCP) dos parques eólicos sujeitos a Estudos de Impacto Ambiental (EIA) a esses dois níveis, recorrendo aos comentários positivos e negativos referidos nos mesmos. Para além disso, os três estudos de caso, como veremos de seguida, distinguem-se em termos ecológicos, para além de estarem localizados em regiões distintas, terem dimensões diferentes, em termos de número de aerogeradores, e diferentes anos de construção.

2.1. Os estudos de caso

O parque eólico da Serra de Alvaiázere situa-se na freguesia de Alvaiázere, concelho de Alvaiázere, distrito de Leiria. O parque está, ainda, próximo da freguesia de Almoester e dos lugares de Marzugueira e Porta. O concelho tem como ex-líbris a Serra de Alvaiázere, onde, precisamente, foi implantado o parque eólico. A

serra de Alvaiázere faz parte do Maciço de Sicó, cujo sector meridional está inscrito na Rede Natura 2000. Com a denominação de Sítio Sicó-Alvaiázere, onde se situa a serra de Alvaiázere e a serra de Ariques, caracteriza-se, sobretudo, pela diversidade de habitats associados ao substrato calcário, um grande habitat de orquídeas selvagens assim como vários abrigos de morcegos (ICNB, 2000a).

O parque eólico entrou em funcionamento a 31 de Dezembro de 2010, depois de um período de cerca de um ano de construção. O processo iniciou-se com um projecto para a instalação de um parque eólico na Serra de Ariques, que terá começado em 2000, mas que acabou por ser substituído pelo parque eólico de Alvaiázere. O abandono desse projecto inicial deveu-se a uma declaração de impacto ambiental desfavorável ao projecto, segundo a qual haveria visíveis impactos negativos sobre habitats naturais prioritários e espécies da flora com elevado valor conservacionista, bem como acções de movimentação de terras e desmatagem necessárias para a implementação do parque. Dois dos nove aerogeradores inicialmente previstos no projecto inicial foram deslocados para a serra de Arega, a cerca de 8 km da serra de Alvaiázere. O projecto de execução do parque eólico de Arega surge, assim, como um alargamento do parque eólico de Alvaiázere. A serra de Alvaiázere ficou assim com 7 aerogeradores a funcionar há quase 3 anos. Os terrenos onde foi implantado o parque eólico são maioritariamente baldios e, não havendo associação de compartes, é o município de Alvaiázere que administra os rendimentos derivados do parque.

O parque eólico da Serra da Freita situa-se no concelho de Arouca, distrito de Aveiro e abrange as freguesias de Albergaria da Serra/Cabreiros (união em 2012) e Moldes. Foi implantado na Serra de Freita, a qual integra o Maciço de Gralheira, juntamente com a Serra da Arada e do Arestal, e está inscrita na Rede Natura 2000 (Sítio Serras de Freita e Arada). Este sítio, em conjunto com a Serra de Montemuro, constitui, actualmente, a área mais importante para a conservação da subpopulação de lobo (*Canis lupus signatus*) a Sul do Douro (ICNB, 2000b), albergando espécies faunísticas e florísticas raras, algumas mesmo em vias de extinção. O parque eólico da Serra da Freita entrou em funcionamento em 2006 depois de um período de três anos de construção que se iniciou em 2005 e só terminou em 2007. O parque eólico teve um sobre-equipamento com avaliação de impacto ambiental de 2012. O relatório de Consulta Pública (RCP) é referente a três parques eólicos na Serra da Freita, projecto inicial que deu origem aos dois sub-parques implantados, Freita I e Freita II, com 16 aerogeradores.

A instalação do parque não terá sido pacífica, tendo ocupado cerca de 280 hectares de baldios pertencentes às freguesias de Albergaria da Serra, Cabreiros, Moldes. As três freguesias recebiam rendas, sendo que a freguesia de Albergaria da Serra era a que recebia o maior montante, por ter maior número de aerogeradores, seguida de Cabreiros e Moldes. Com a junção das freguesias de Albergaria da Serra e Cabreiros, em 2012, formou-se uma assembleia de compartes para administrar os baldios.

O parque eólico das Terras Altas de Fafe situa-se em quatro freguesias do concelho de Fafe (oito antes da agregação de freguesias em 2013) e uma freguesia do concelho de Celorico de Basto, distrito de Braga. Ao contrário dos outros dois estudos de caso, este parque eólico não se encontra inscrito num sítio da Rede Natura 2000, sendo os terrenos essencialmente incultos florestais e pertencentes à Zona de Caça Municipal. À excepção de um terreno comprado pela Câmara Municipal de Fafe para fins cinegéticos, os terrenos são privados.

O parque foi construído em duas fases. A primeira fase do projecto (40 aerogeradores) entrou em funcionamento em Dezembro de 2004 e a segunda fase (13 aerogeradores) no verão de 2008. No total, estão instalados no parque eólico 53 aerogeradores. Uma vez que os terrenos são privados, as rendas são pagas directamente a particulares e ao município, que, para além do pagamento mensal dos 2,5% da electricidade produzida pelo parque eólico (valor estabelecido por lei), por parte da entidade receptora da energia eléctrica, auferiu igualmente outros rendimentos derivados das contrapartidas estabelecidas no protocolo assinado com a empresa promotora, nomeadamente em termos de comparticipação de obras públicas.

2.2. Métodos

Para a análise empírica, recorreu-se à análise documental dos relatórios de consulta pública (RCP), estudos de impacto ambiental (EIA), actas do executivo, notícias avançadas pelos media (antes, durante e depois da

implementação dos parques eólicos), notícias e posts escritos em blogues e ainda à legislação em vigor relativa a parques eólicos. Esta análise foi complementada com a realização de entrevistas semi-estruturadas (n=117), entre Junho de 2013 e Fevereiro de 2014, a actores locais: presidentes, ex-presidentes e técnicos das Câmaras Municipais (n=10) e Juntas de Freguesia (n=14), membros de associações locais e regionais (n=12), directores de jornais (n=5) e moradores (n=76).

3. Participação

3.1. Relatórios de Consulta Pública

O processo de implementação de um parque eólico passa por variadas fases, como protocolos entre entidades promotoras e municípios, estudos sobre a viabilidade do projecto e uma fase de consulta pública no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Durante esta fase, é disponibilizado ao público um relatório não-técnico que descreve as características do projecto, por forma a facilitar a participação, e são recebidos contributos escritos que constarão do relatório de consulta pública.

O período de consulta pública para o parque eólico da Serra de Alvaiázere foi de 15 de Julho a 20 de Agosto de 2004. Nesse período foram recebidos quatro pareceres, entre os quais dois desfavoráveis de 3 ONGAs (uma local e duas nacionais), referentes sobretudo à localização prevista para o projecto – sítio Sicó-Alvaiázere (Rede Natura 2000). O parecer conjunto, elaborado pelo GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente) e pela OIKOS (Cooperação e Desenvolvimento), manifestou o desacordo quanto à implementação do parque por considerarem que este iria ocupar áreas sensíveis e trazer impactos negativos para as mesmas:

“ [...]é preciso não esquecer as desvantagens associadas a um projecto deste tipo designadamente aos impactes na paisagem. O ruído causado pelos aerogeradores, bem como os riscos potenciais para a avifauna [...]” (Geota e Oikos, RCP, pp. 3)

“Alguns dos principais impactes nesta área encontram-se associados à fase de construção [...]” (Geota e Oikos, RCP, pp. 4)

No parecer ficou, também, uma crítica ao EIA que, na opinião das duas associações, careceu de informação relevante.

O segundo parecer desfavorável foi emitido pela Quercus alertando para áreas sensíveis do sítio Sicó-Alvaiázere (Rede Natura 2000) com impactos negativos na preservação de habitats, na preservação das espécies e da paisagem devido, sobretudo, à abertura de acessos e à colisão de aves e morcegos com os aerogeradores. Como aspectos negativos foram, ainda, referidos o forte ruído que o parque iria causar e a relatividade dos benefícios económicos para as freguesias.

“ [...] a construção de novos caminhos apresenta um dos impactes mais negativos, devido à destruição de habitats prioritários da Rede Natura 2000, situação com a qual não podemos concordar, para além dos sítios arqueológicos como a Carreira de Cavalos, uma extensa muralha pré-histórica a conservar na Serra de Alvaiázere.” (Quercus, RCP, pp. 2)

A Quercus pediu, em parecer, que não fossem instalados cinco dos aerogeradores previstos e em 2010 recorreu a tribunal contestando a colocação específica de três desses aerogeradores junto ao algar de morcegos. Um dos aerogeradores foi contestado por estar fora da área de Estudo Prévio do Processo de Avaliação de Impacte Ambiental e os outros dois por ameaçarem directamente o algar de morcegos. A associação sugeriu a realocização dos aerogeradores em causa mas a decisão do tribunal foi, apenas, no sentido de uma limitação do funcionamento das pás em determinados períodos do ano e a determinadas horas de forma a não coincidir, esse funcionamento, com a movimentação de morcegos. No final de 2013, a Quercus denunciou que o parque eólico estaria a violar a sentença do Tribunal (Quercus, 2013).

O período de consulta pública para o parque eólico da Serra da Freita foi de 30 de Setembro a 3 de Novembro de 2003. Nesse período foram recebidos cinco pareceres, entre os quais: dois pareceres

desfavoráveis de duas ONGAs locais, um parecer favorável de uma associação local e um parecer desfavorável de um cidadão.

A associação de Defesa do Património Arouquense (ADPA) e o Clube do Ambiente e Património do Arda e Urtigosa (URTIARDA) emitiram pareceres desfavoráveis sendo que o primeiro foi subscrito por 75 cidadãos. No seu parecer, a ADPA propunha o estudo de soluções alternativas e considerou o projecto do parque uma agressão que colocaria em risco o binómio da preservação e rentabilização da zona serrana, incompatível com a alteração da paisagem provocada pelos aerogeradores.

“ [...] constituirá, como é óbvio, um impacte ambiental negativo e uma brutal agressão estética à paisagem, numa área de montanha, onde os valores naturais são únicos e insubstituíveis.” (ADPA, RCP, anexo)

A URTIARDA salientou, igualmente, o impacto ambiental negativo e a agressão estética à paisagem. Também neste caso houve uma crítica ao EIA, acusado de não avaliar devidamente a descontinuidade dos habitats como consequência das obras.

O terceiro parecer desfavorável foi de um cidadão que salientou o impacto estético negativo e colocou em dúvida a viabilidade económica do parque eólico. Criticou, ainda, o EIA considerando que este não atendeu às especificações locais, nem ao programa de aproveitamento turístico da Serra da Freita.

“ [...] provoca um impacto visual tão violento que não há subjectividade que lhe resista.” (cidadão, RCP, anexo)

“ [...] parques eólicos na Serra da Freita inviabiliza definitivamente o seu aproveitamento turístico e compromete o próprio futuro do Concelho [...]” (cidadão, RCP, anexo)

A associação empresarial do concelho de Arouca (AECA) emitiu um parecer favorável à implementação do parque eólico defendendo um rigoroso acompanhamento ambiental das obras e patrimonial e o enquadramento na arquitectura local de todos os materiais usados na construção das infra-estruturas anexas.

A Câmara Municipal de Arouca, no seu parecer, alertou para a importância de não serem afectados trabalhos arqueológicos ou monumentos arqueológicos existentes.

“ [...] a necessidade dos trabalhos não afectarem as mamoadas ou outros monumentos arqueológicos inventariados ou conhecidos.” (Presidente da Câmara Municipal, RCP, anexo)

No caso do parque eólico das Terras Altas de Fafe, o período de consulta pública foi de 13 de Fevereiro a 19 de Março de 2003. Nesse período foram recebidos dezoito pareceres: nove referentes apenas à linha de Alta Tensão de Interligação à Subestação de Riba d'Ave, também integrada no EIA; 3 referentes à linha e ao parque eólico; e os restantes seis referentes apenas ao parque eólico (quatro institucionais e dois de cidadãos).

No que diz respeito aos pareceres institucionais, estes englobam os pareceres de duas das juntas de freguesia (actualmente uma) onde foram colocados mais aerogeradores (Várzea Cova e Moreira de Rei) e o parecer de uma Câmara Municipal.

O parecer da Junta de Freguesia de Moreira do Rei é favorável ao projecto, o qual é aqui considerado como uma grande fonte de investimento e rendimento na zona, particularmente na freguesia, para além do valor económico que representa. Para além disso:

"A rentabilização de investimento com este projecto e o aproveitamento daqueles terrenos cria riqueza, tanto para esta freguesia como para o país." (Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei, RCP, pp. 14)

Em contrapartida, o parecer da Junta de Várzea Cova é desfavorável. Apesar do reconhecimento da importância do projecto para o desenvolvimento do país, são destacados sobretudo os impactos negativos na paisagem. O projecto é tido como uma «lapidação do nosso bem mais precioso, a paisagem Natural», que «desempenha um papel sócio-cultural fundamental [na área] (...) desde tempos imemoráveis». Tal é realçado também no parecer desfavorável da Assembleia de Freguesia de Várzea Cova:

“ [...] manifestamos a nossa preocupação, desagrado e discordância relativamente à sua localização e disposição [de 10 aerogeradores], ao impacto e descaracterização do meio envolvente. Quando da desactivação do referido parque eólico, que sejam dadas garantias reais de que serão removidos e transportados todos os equipamentos do parque eólico no prazo de um ano bem como integral recuperação paisagística da zona afectada.” (Presidente da Assembleia de Freguesia de Várzea Cova, RCP, pp. 13)

Para além disso, são ainda referidos: o ruído e a proximidade de habitações, «pondo em causa a saúde e bem-estar da população aí residente»; a descaracterização da paisagem envolvente; ou a poluição dos solos e recursos hídricos. Solicita-se que a proposta de implementação do parque eólico no referido local seja retirada:

“ [...] lamentamos a profunda adulteração da paisagem que o parque irá originar, nas bonitas terras de Fafe, [...] numa zona com 95 espécies de aves protegidas a nível nacional e comunitário e onde estão identificados elementos do património cultural, nomeadamente vários monumentos megalíticos [...] ” (Idem)

O parecer do Departamento de Gestão Urbanística, Ambiente e Recursos Naturais da Câmara de Celorico de Basto refere que «a área do concelho abrangida pelo Parque Eólico coincide, em parte, com uma área de protecção arqueológica definida pela Carta de Ordenamento do P.D.M.», a qual não foi objecto de estudo arqueológico, no âmbito do EIA. No seu entender:

«O licenciamento de qualquer acção que possa dar origem a alterações ao uso do solo nos espaços definidos como zona de protecção arqueológica só poderá ser concedido quando se verificarem as exigências estabelecidas pela lei geral e, cumulativamente, se a Câmara Municipal considerar existirem garantias de que essas acções não minimizam, agridem ou desvalorizam os valores arquitectónicos presentes.» (Director do DGUARN, Câmara Municipal de Celorico de Basto, RCP, pp. 7)

Como tal, a autarquia considera que essa situação deverá «ser acautelada, devendo todos os trabalhos que impliquem alterações ao relevo e movimentações de solos [...] ser precedidos de prospecção rigorosa dos terrenos em causa», para além de defender que as implantações e zonas de influência de alguns aerogeradores localizados no limite dos concelhos de Celorico e Fafe devem ser concretizadas «com rigor [...] de forma a evitar conflitos com toda a certeza desagradáveis».

Relativamente aos dois pareceres de cidadãos (um deles conjunto), estes são eminentemente desfavoráveis à implementação de 4 aerogeradores na freguesia de Várzea Cova. Como justificações, são referidos: proximidade de aglomerados populacionais, poluição sonora e contaminação dos recursos hídricos subterrâneos, decorrente da mudança dos óleos dos aerogeradores, ou ainda outros aspectos negativos desconhecidos, como a «influência radioactiva». No parecer conjunto são ainda tecidas críticas ao modo como decorreu a discussão pública do processo. No seu entender:

“ [...] as populações directamente atingidas foram colocadas à margem deste, não lhes sendo prestado qualquer esclarecimento sobre os inconvenientes, nomeadamente ambientais e de qualidade de vida, decorrentes da implementação do parque eólico.

A única preocupação das entidades responsáveis junto das populações referidas foi no sentido de obter a assinatura dos contractos que viabilizassem o uso dos seus terrenos, utilizando para isso o aliciamento com alguns “miseros tostões” e servindo-se da falta de formação e informação por parte da população.

Deste modo, as pessoas foram seduzidas e conduzidas a assinar um contrato com total falta de conhecimento de causa.” (duas cidadãs, RCP, pp. 26)

Existem desde logo duas diferenças fundamentais entre os dois primeiros estudos de caso apresentados e o último. Por um lado, a serra de Alvaiázere e a serra da Freita são ambas sítios da Rede Natura 2000, principal motivo para os pareceres negativos elaborados por associações locais, regionais e nacionais. De igual forma, em ambos os casos os parques eólicos foram instalados em terrenos baldios, sendo as juntas de freguesia as entidades que recebem e administram as rendas derivadas do aluguer dos terrenos por parte das empresas gestoras dos parques eólicos. No caso das Terras Altas de Fafe, pelo contrário, o parque não foi instalado em nenhuma área protegida ou sensível em termos ambientais, o que poderá ser uma justificação para a ausência

de pareceres por parte de associações. Além disso, os terrenos onde o parque eólico foi implementado são privados, pelo que as rendas são pagas directamente aos proprietários e não às juntas de freguesia.

3.2. Entrevistas

Nas entrevistas realizadas aos actores locais, foi referido em todos os casos que a discussão pública foi feita tanto a nível oficial/municipal como não-oficial. No caso do parque eólico de Alvaiázere e do parque eólico da Freita, muitos inquiridos referiram que a população local e ONGs locais foram, propositadamente, deixadas de fora do processo e do debate.

“[...] foi um período bastante conturbado em que a participação das pessoas foi, em termos muito concretos limitada, limitada sob vários, sob vários aspectos, em que claramente havia certos interesses que davam a entender que ninguém se deveria manifestar contra tal projecto. E a partir daí, as pessoas preferiram ficar no seu cantinho, quietas, para não ter chatices.” (morador, participante no RCP, Alvaiázere)

“Pelo menos nós nunca fomos chamados nem convidados para isso. [...] e deveríamos ser, até institucionalmente devíamos ter sido das instituições que devíamos ser chamadas [...]” (membro de associação local, Freita)

“[...] a população não participou, ninguém lhe deu um a opção a dizer [...] quer dizer, as populações não entrevistaram, ninguém lhes pediu, ninguém as motivou para isso nem elas tiveram qualquer palavra nesse, nesse sentido. A empresa que as implantou, implantou-as onde quis, como quis, indiferente às pessoas que lá viviam, à paisagem, indiferentes a tudo isso, pronto.” (morador, participante no RCP, Freita)

No caso específico de Alvaiázere, havia ainda um certo receio de participar nos debates relacionados com o parque eólico devido aos interesses envolvidos. De acordo com um cidadão:

“ [...] havia certos interesses que davam a entender que ninguém se deveria manifestar contra tal projecto. E, a partir daí, as pessoas preferiram ficar no seu cantinho, quietas, para não ter chatices.” (morador, participante no RCP, Alvaiázere)

No caso de Fafe, um dos motivos apontados para a fraca participação de cidadãos diz respeito aos benefícios económicos derivados do parque eólico, com o arrendamento dos terrenos a particulares. Para além deste motivo específico de Fafe, foi referido em todos os casos o desconhecimento das datas de consulta pública e a falta de informação, como motivos para uma diminuta participação.

“É assim: as pessoas, aqui, quando chegam a saber as coisas, as coisas já estão quase encaminhadas para serem implementadas, digamos.” (ex-presidente de Junta de Freguesia, Freita)

“Precisamente pela falta de informação, que não foi transmitida à população e que as pessoas simplesmente não tinham qualquer tipo de informação sobre o que era, o que não era e em que consistia, digamos assim.” (moradora, participante no RCP, Fafe)

Esta fraca participação foi ainda classificada por um membro de uma associação de Arouca como "problema cultural":

“ [...] o problema da população participar pouco não é uma questão de Arouca, é uma questão nacional. Isso é uma questão cultural. Nós não temos muitos anos de democracia. A democracia não é participativa, no meu entender cada vez está a ser menos.” (membro de associação local, Freita)

“ [...] regra geral a população é muito apática nestas coisas, não quer saber disso para nada, porque não quer contrariar, depois, enfim, a influência de A que está por trás disso, ou a influência de B, por conseguinte eles gostam de não se imiscuir nesses assuntos porque acham que isso pode ser prejudicial para eles.” (Idem)

4. Contestação e conflitos

Em termos de contestação aos parques eólicos, antes e depois da sua implementação, as entrevistas realizadas nos três estudos de caso revelam graus e motivos distintos. No caso de Alvaiázere e Freita, por exemplo, a contestação local partiu sobretudo de ONGs locais:

“[...] a contestação, quer dizer, a nível local é...aliás, as pessoas que sempre lideraram os movimentos contra o parque a maior parte nem são de cá, não é? Pois. Estão ligadas a essas ONGs e não são. Há uns, um ou dois, uma meia dúzia de cá, mas a maior parte nem sequer são de cá.” (Presidente de Junta de Freguesia, Alvaiázere)

“[...] só as pessoas ambientalistas, defensoras da natureza (...) essas pessoas foram contra.” (morador, participante no RCP, Alvaiázere)

“Olhe, eu tenho a dizer que a associação tomou posição sobre isso, que eu era Presidente, e uma posição bastante crítica em relação a isso e em relação à defesa dos valores que deviam ser preservados. E que nada disso foi feito, isso não foi tomado em atenção.” (membro de associação local, Freita)

Em entrevista, as associações confirmaram aquilo que já tinham referido em fase de consulta pública: os parques (Alvaiázere e Freita) foram implementados em sítios da Rede Natura 2000, algo que consideram ser inaceitável. No caso específico de Alvaiázere, o discurso das associações locais parece ter sido incorporado no discurso de alguns moradores, como é exemplo o caso dos morcegos na serra. Em quase todas as entrevistas há referências aos algares de morcegos usando expressões como “parece que”, “dizem que” dando a entender que a maioria das pessoas entrevistadas só tomou conhecimento da existência de morcegos na serra depois de algumas pessoas e associações contestarem a implementação do parque eólico:

“Pois, uns morcegos quaisquer pronto.” (morador, Alvaiázere)

“[...] relativamente à paisagem, diziam que havia prejuízo por causa dos morcegos [...]” (morador, Alvaiázere)

“Dizem que há, mas isso são os biólogos, por causa das grutas, da (...) do ecossistema das (...) dos morcegos e eu sou daquelas pessoas que acredito no ecossistema” (morador, Alvaiázere)

A defesa do património natural e arqueológico em ambos os casos foi a principal razão para a contestação por parte das associações e de alguns cidadãos naquilo a que chamaram “uma luta pelo ordenamento do território”:

“[...] nesta questão exige-se ordenamento. Isso é ponto fundamental. E, para se ordenar, têm que se criar regras, regras essas que basicamente teoricamente existem, na prática acabam por não existir. E é assim, se estamos numa região de reconhecido valor patrimonial, seja património biótico, abiótico, arqueológico, cultural, etc., paisagístico, porque é que havemos de estar a degradar exactamente esse, esse mesmo, esse mesmo valor. É uma área da Rede Natura 2000, a Rede Natura 2000 aqui, já existe sensivelmente, neste caso há 13 anos, por isso, devia ter sido algo tomado em conta. Não foi.” (morador, Alvaiázere)

“[...] por várias razões, uma delas a paisagem, as eólicas quando implantadas em locais, enfim, privilegiados, diminuem drasticamente o ambiente e afectam não só a paisagem mas as poucas pessoas que lá moram, o próprio, o próprio nível de vida, a própria qualidade de vida das pessoas que lá vivem saem bastante prejudicadas.” (morador, Freita)

O impacto negativo no turismo assim como a reticência relativamente aos benefícios económicos para o concelho, também, foram muito referidos em entrevista, tanto por associações, como por moradores:

“[...] não vejo a energia nem mais barata, nem ninguém a beneficiar de coisa nenhuma, nem se sabe se a Junta ou a Câmara recebem o quê e quanto. Não se sabe nada.” (membro de associação local, Alvaiázere)

“[...] não trouxe benefício nenhum. Antes pelo contrário, acho que destruiu muito e deve ter afastado, também, provavelmente, algumas pessoas de poderem...nomeadamente estrangeiros que estariam a vir muito para a nossa zona [...]” (moradores, Alvaiázere)

“E, por outro lado, o impacto visual, quanto a mim, dissuade as visitas de pessoas, de facto, daquele turismo de qualidade que a gente quer.” (ex-vereador, Freita)

Contudo, alguns dos inquiridos afirmaram precisamente o contrário:

“A nível de turismo também há muitas pessoas a fazer visitas aos parques eólicos, tem trazido muita gente à freguesia, pronto, tem sido, nesse aspecto, no aspecto do turismo também tem sido uma mais-valia que têm vindo muitas pessoas ver.” (ex-presidente de Junta de Freguesia, Fafe)

Em relação ao turismo aquilo que muitos moradores referiram é que a implementação dos parques eólicos, sobretudo na fase de construção, espoletou a curiosidade de residentes e pessoas de fora. Nos primeiros tempos de existência dos parques terá havido alguma afluência às serras, movida pela curiosidade, o que não se qualifica, exactamente, como turismo.

Ainda, o nível de contestação para o parque eólico da Freita foi muito menor do que em Alvaiázere na medida em que nessa altura outros temas, como a tentativa de implementação de uma central de biomassa em Arouca, a construção de uma variante e o caso das mini-hídricas terão causado maior polémica.

“A contestação parou, porque a situação impôs-se por si própria. Também lhe digo, [...] não houve uma contestação como houve noutras questões que houve aqui em Arouca de impacto ambiental. Como, por exemplo, recorde-me da construção do viaduto na freguesia de Rossas, que isso aí houve uma contestação muito, muito forte, porque ali o impacto veio dividir a aldeia. E, depois, como eu lhe digo, nunca houve mesmo posições liminarmente contra a construção das torres. Era a questão da Malhada e a questão da localização e de haver um estudo devidamente feito.” (membro de associação local, Freita)

No caso de Fafe, apesar dos elevados impactos positivos do parque eólico para a economia local (autarquia e proprietários), a contestação que houve foi sobretudo de cariz social, como é o caso das interferências com o sinal televisivo sentidas nalgumas localidades, que levaram inclusive à circulação de um abaixo-assinado, embora não tenha reunido as assinaturas suficientes (Abreu, 2006). Existiram ainda alguns litígios devido à pertença e limites de alguns terrenos onde estão instalados os aerogeradores e/ou por onde passam os cabos.

“Houve sim, meia dúzia de pessoas que, houve aí um período que se queixaram que as televisões não estavam a apanhar bem, que tinham dificuldade em alguns canais, mas isso, de imediato, foi corrigido e nunca mais houve queixas. Está tudo normal.” (ex-presidente de Junta de Freguesia, Fafe)

“ [...] e criaram-se, foi alguns litígios judiciais porque, como aquilo dá um rendimento, toda a gente queria que a torre estivesse no seu terreno. E então, inclusive, decorrem no tribunal ou decorreram no tribunal algumas acções judiciais para saber a quem pertence efectivamente o terreno, para que o seu legítimo proprietário receba a renda a que tem direito do parque eólico.” (presidente de Junta de Freguesia, Fafe)

No entanto, houve muito mais consenso relativamente ao parque eólico nas Terras Altas de Fafe do que no caso de Freita ou Alvaiázere. Como já foi referido, o facto de parte das rendas serem pagas, directamente, aos proprietários dos terrenos poderá ter sido a principal razão para esse facto:

“Não houve, se é isso que pretende saber, se houve alguma polémica com a instalação do parque, não tenho ideia de ter existido.” (membro de associação local, Fafe)

“Começou a haver interesse, até, pela instalação das eólicas. Ninguém, que eu saiba, entrou em conflito. Até: 'se quiser pôr aqui outra, ponha'” (presidente de Junta de Freguesia, Fafe)

“Repare, o parque eólico e as freguesias onde ele está implementado ou implantado são as mais interessadas, não é? Portanto, digamos que os arrendatários dos terrenos onde têm as torres recebem uma boa renda e têm os direitos de passagem [...] por tudo isso recebem rendas, rendas mensais e anuais que são, que são valores, em alguns casos valores substanciais. Portanto, o que nos têm dito é que tem corrido bem.” (membro de associação local, Fafe)

“ [...] o facto de parte deles conseguirem ali rendimentos no aluguer dos terrenos que de outra maneira não conseguiam. E devem ser bastantes, porque uma coisa é aquilo que está à vista, outra coisa é o que anda debaixo da terra, que eles também tiveram que arrendar. Há muitos cabos que andam... As antenas, as estações eólicas estão todas interligadas por cabos, que transportam energia, que atravessam muitos terrenos de muita gente, portanto, e essa gente está a receber dinheiro pelo aluguer dos terrenos, está a perceber? De maneira que estou convencido que por força disso é que não houve contestações.” (técnico da Câmara Municipal, Fafe)

Não obstante o facto de os impactos que sustentam a contestação ou consenso serem distintos nos 3 casos (impactos ambientais, paisagísticos e patrimoniais, no caso de Alvaiázere; paisagísticos, patrimoniais e económicos, em Arouca; sociais e económicos, em Fafe/Celorico), podemos considerar que, no geral, os processos de implementação dos parques eólicos foram pouco claros, tendo as populações locais estado fora das tomadas de decisão.

5. Considerações finais

Como foi referido no início, apesar da energia eólica ser globalmente vista como eminentemente vantajosa, a nível local nem sempre é percebida como tal. De facto, e como o demonstram as semelhanças e diferenças dos três estudos de caso, o contexto social local desempenha um papel central no processo de implementação e tomada de decisão (Loring, 2007; Zoellner e Schweizer, 2008), estando a aceitação ou oposição local fortemente dependentes de interesses e especificidades locais (Toke et al., 2008). Como Breukers e Wolsink (2007, pp. 2738) consideram:

"O desafio para o planeamento e políticas de energia eólica consiste em considerar os múltiplos objectivos e interesses. Estes dizem respeito não só aos objectivos (inter)nacionalmente formulados relativamente à protecção contra as alterações climáticas, segurança do abastecimento e desenvolvimento tecnológico, mas também aos interesses e valores dos contextos locais."

Apesar do reconhecimento da importância de atentar às especificidades locais e de envolver a população local no processo, a verdade é que, na prática, este envolvimento nem sempre se verifica, como o demonstra a fraca participação na consulta pública, por exemplo. Tal é referido noutros estudos em Portugal, em que se considera que as audições servem mais para informar o público do que para debater com o mesmo (Lima, 2004) ou que se recorre inclusive a estratégias para restringir a participação, nomeadamente a escassez de divulgação, dificuldades no acesso à documentação, não apresentação de alternativas de projecto ou discussão pública de obras já em fase de construção (Chito e Caixinhas, 1993). Tal vai de encontro ao que Gonçalves (2002, pp. 266/7) refere sobre a parca "democratização" dos processos de tomada de decisão em Portugal:

"[...] apesar de serem formalmente democráticos desde meados da década de 1970, os processos de tomada de decisão em Portugal falharam na incorporação de conhecimentos científicos e participação pública de forma regular e sistemática."

Contudo, não é só esta falta de "abertura" por parte das entidades responsáveis ou as relações de poder que subjazem ao fraco envolvimento e participação. Poderá ainda haver um certo desinteresse por parte dos próprios cidadãos, o tal «problema cultural» referido pelo membro de uma associação de Arouca, que poderá explicar «o fosso que ainda existe entre as aspirações e expectativas dos cidadãos e a sua participação na prática» (Gonçalves, 2002, pp. 267). De facto, e apesar da participação cívica nas consultas públicas ser diminuta, constatou-se que nas entrevistas realizadas a maioria dos moradores tem uma opinião, seja ela favorável ou desfavorável, relativamente à implementação do parque eólico.

Para além disso, é ainda importante ter em consideração as próprias especificidades locais. Estes parques estão localizados sobretudo em zonas rurais e isoladas, com uma população fortemente envelhecida e elevados índices de iliteracia. No caso de Alvaiázere, como vimos, há ainda um outro factor que parece ser determinante: o facto de a economia local estar centralizada no poder local, a principal entidade empregadora do concelho, pelo que as pessoas receiam falar sob pena de serem "penalizadas". Um outro aspecto determinante parece ser a pertença dos territórios: se nos dois casos onde houve maior contestação os territórios pertencem às juntas de freguesia/associações de compartes, em Fafe pertencem a particulares, que deles retiram elevados rendimentos, o que poderá justificar a fraca contestação.

Torna-se, assim, fulcral atentar a estas questões aquando do processo de planeamento e tomada de decisão, bem como incentivar e promover a participação e envolvimento da população local. Como Zoellner et al. (2008, pp. 4140) referem:

"A participação do público no processo de tomada de decisão deve ser cuidadosa e antecipadamente considerada [...] Se as pessoas se sentirem colocadas de parte no processo de planeamento e tomada de decisão, é muito mais provável que elas se oponham a esses processos."

Referências bibliográficas

- Abreu, C.R. (2006). Parque eólico enfraqueceu sinal. *Jornal de Notícias* [Online] Disponível em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=539052
- Aitken, M. (2009). Wind Power Planning Controversies and the Construction of “Expert” and “Lay” Knowledges. *Science as Culture*, 18(1): 47–64.
- Araújo, L. e Coelho, M.J. (2013). Políticas públicas de energia e ambiente: Rumo a um país sustentável? *Sociologia, Problemas e Práticas*, 72: 145-158.
- Barry, J., Ellis, G. e Robinson, C. (2008). Cool Rationalities and Hot Air: A Rhetorical Approach to Understanding Debates on Renewable Energy. *Global Environmental Politics*, 8(2): 67–98.
- Breukers, S. e Wolsink, M. (2007). Wind power implementation in changing institutional landscapes: An international comparison. *Energy Policy*, 35(5): 2737–2750.
- Chito, B. e Caixinhas, R. (1993). A participação do público no processo de avaliação do impacte ambiental. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 36: 41–55.
- Delicado, A., Horta, A. e Fonseca, S. (2014). Energia: Das fontes à eficiência energética. In A. Delicado e L. Schmidt, *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia: A opinião dos Portugueses* (pp. 145-197). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- DGEG (2014). Renováveis. Estatísticas rápidas, nº108.
- Gonçalves, M.E. (2002). Implementation of EIA directives in Portugal: How changes in civic culture are challenging political and administrative practice. *Environmental Impact Assessment Review*, 22: 249-269.
- ICNB (2000a). Sítio Sicó/Alvaiázere. Plano Sectorial da Rede Natura 2000: Sítios. [Online] Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/sic-cont/sico-alvaiazere>.
- ICNB (2000b). Sítio Serras da Freita e Arada. Plano Sectorial da Rede Natura 2000: Sítios. [Online] Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/sic-cont/serras-da-freita-e-arada>.
- INEGI e APREN (2013). Parques eólicos de Portugal. Lisboa e Porto: INEGI e APREN.
- Jobert, A., Laborgne, P. e Mimler, S. (2007). Local acceptance of wind energy: Factors of success identified in French and German case studies. *Energy Policy*, 35(5): 2751–2760.
- Lima, M.L.P. (2004). Images of the public in the debates about risk: consequences for participation. *Portuguese Journal of Social Sciences*, 2(3): 149–163.
- Loring, J. M. (2007). Wind energy planning in England, Wales and Denmark: Factors influencing project success. *Energy Policy*, 35(4): 2648–2660.
- Nadaï, A. e van der Horst, D. (2009). Wind power planning, landscapes and publics. *Land Use Policy*, 27(2): 181–184.
- Quercus (2013). Parque Eólico de Alvaiázere viola sentença judicial. *Naturlink* [online] Disponível em: <http://naturlink.sapo.pt/Noticias/Noticias/content/Parque-Eolico-de-Alvaiazere-viola-sentenca-judicial?bl=1>.
- Toke, D, Breukers, S. e Wolsink, M. (2008). Wind power deployment outcomes: How can we account for the differences? *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 12(4): 1129–1147.
- Warren, C., Lumsden, C., O’Dowd, S. e Birnie, R. (2005). “Green On Green”: Public perceptions of wind power in Scotland and Ireland. *Journal of Environmental Planning and Management*, 48(6): 853–875.

Wolsink, M. (2007). Wind power implementation: The nature of public attitudes: Equity and fairness instead of "backyard motives". *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 11: 1188-1207.

Wüstenhagen, R., Wolsink, M., & Burer, M. (2007). Social acceptance of renewable energy innovation: An introduction to the concept. *Energy Policy*, 35(5): 2683–2691.

Zoellner, J., Schweizer-Ries, P. e Wemheuer, C. (2008). Public acceptance of renewable energies: Results from case studies in Germany. *Energy Policy*, 36(11): 4136–4141.